



# VI Simpósio Nacional de HISTÓRIA CULTURAL

Escritas da História: Ver - Sentir - Narrar

## **ETNOBOTÂNICA EM ANTÔNIO ALMEIDA, PIAUÍ: O USO DAS ESPÉCIES CAJU E BABAÇU PELA POPULAÇÃO RURAL EM VOLTA DE SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS**

Filipe Ribeiro Cardoso Porto\*

1

Seguramente, o uso de plantas para amenizar dores, tratar moléstias ou confeccionar instrumentos não surgiu há pouco na história da humanidade. Sabe-se que desde a pré-história o homem procurou manipular os princípios ativos existentes nos vegetais, de certo que de modo empírico, com a finalidade de responder a questões diversas de sua vivência, desde as funções farmacológicas às rituais mágico-religiosas.

A arqueologia através de achados de escrituras dos caldeus, egípcios e babilônicos, comprova a utilização de certas espécies vegetais em rituais religiosos (BERG, 1993). Por outro lado, tão antigo quanto a própria história do homem é o uso de plantas como medicamentos. A evolução da chamada "arte da cura" (*ars curandi*) ocorreu de modo experimental, empírico, a partir das observações diretas, de erros e acertos nas manipulações de matéria vegetal (MORS, 1982).

Evidentemente, durante este processo, os povos ancestrais iniciaram a identificação de espécies vegetais, suas famílias e gêneros botânicos, bem como que partes da histologia vegetal se adequavam ao uso medicinal, o reconhecimento do

---

\* Graduado no curso de Licenciatura Plena em Geografia pela Universidade Estadual do Piauí – UESPI e Mestrando em Arqueologia pelo Programa de Pós Graduação em Antropologia e Arqueologia, pela Universidade Federal do Piauí - UFPI.

habitat e a época da colheita (LÉVI-STRAUSS, 1989). Provavelmente, a história da farmacologia botânica inicia com Mitríades, rei do Ponto, século II a. C. reconhecido como o primeiro farmacologista experimental.

Nessa época, já eram conhecidos os opiáceos e inúmeras plantas tóxicas. Em escavações arqueológicas, realizadas em meados do século XX, foi descoberto o papiro de Ebers, com datação de 1550 a.C. Nele foram mencionados aproximadamente 700 drogas diferentes, incluindo extratos de plantas, metais e venenos de animais, de procedências diversas (ALMEIDA, 1993).

Na Bíblia, tanto no Antigo quanto, no Novo Testamento, há muitas referências a plantas curativas ou seus derivados, como por exemplo, aloés, mirra, murta ou em hebraico, Hadassa, nome semita da rainha Ester.

Egípcios, assírios, hebreus, indianos, romanos, espanhóis, africanos e todas as civilizações deixaram escritos sobre o poder das ervas (ALEIXO, 1992), assim como os Estudos Alquimistas na Idade Média, com relação à elaboração dos elixires de longa vida, e a busca de plantas com virtudes miraculosas e afrodisíacas (BERG, 1993), apesar de que nesta época (CAMPELO, 1984), a prática da medicina natural tenha sofrido um período de estagnação, pois as pessoas ditas “civilizadas” não eram bem vistas por usarem plantas para curar os males.

Segundo Berg (1993), foi somente na Idade Moderna que a Botânica começa a tomar sua feição própria, porém sempre colaborando com a medicina. A visão de que o conhecimento das plantas era algo puramente místico, relacionados também com funções práticas, artesanais, mudou com a ascensão burguesa, que defendia o avanço tecnológico, financiando pesquisas, contribuindo com a construção de uma visão mais criteriosa e científica.

Contudo, com o nascer do século XX, principalmente depois da 2ª Guerra Mundial, após o “boom” tecnológico das descobertas de antibióticos e o incremento cada vez maior de remédios à base de drogas sintéticas houve um relativo abandono e inclusive crescente ceticismo a respeito das drogas naturais, regredindo para a visão da etnobotânica como elemento ritual, artesanal, sem funcionalidade prática para a ciência.

No caso específico do Brasil, é importante salientar que desde os tempos coloniais a rica flora brasileira tem sido objeto de estudo. Piso (1648) fez uma das primeiras edições dedicada à flora brasileira, com riquezas de detalhes e ilustrações.

Segundo Berg (1993), Carrara (1995) e Simões et al (1998), a utilização popular de plantas medicinais no Brasil com fins terapêuticos e rituais religiosos, provém de diferentes origens e culturas tradicionais, incluindo os índios e as populações afro-brasileiras, enfim a cultura nativa, e a tradição africana e européia.

Ratificando que os povos indígenas e os mais diversos povos tradicionais habitam ambientes diversificados, a conservação desse recurso vincula-se e beneficia-se da preservação do conhecimento sobre seus usos (AMOROZO, 1996).

Quanto ao conceito de etnobotânica, este se aprimorou ao longo do século XX, quando pesquisadores de áreas diversas buscavam novas conceituações de acordo com as pesquisas realizadas, buscando fazer o registro do uso da flora, como também as formas de manejo que as comunidades realizavam para obter e manter os recursos que necessitavam (COTTON, 1996; ALBUQUERQUE, 1999).

Como Etnobotânica entende-se a ciência que liga a antropologia à botânica, mas também envolve outras disciplinas, como a etnologia e demais ciências sociais (ALBUQUERQUE, 1999) e tem propiciado maior entendimento da ecologia envolvida no uso de plantas (PRANCE, 1991).

É através da etnobotânica que se busca o conhecimento e o resgate do saber botânico tradicional particularmente relacionado ao uso dos recursos da flora (GUARIN NETO, SANTANA, BEZERRA DA SILVA, 2000).

O homem ciente das possibilidades de adaptação do meio em que vive, e sensível à organização espacial e distribuição natural de recursos que possam agregar finalidade prática e/ou ritual à sua cultura, constrói relações simbólicas de uso para os ambientes, modos que objetivam funções diversas para cada grupo de recursos naturais em contextos espaciais diferentes. Assim sendo, constrói-se a paisagem, não com a idéia de natural ou intocada, mas com o conjunto de elementos espaciais passíveis de significação e uso por grupos humanos.

Consoante o pensamento de Martins (1990) o levantamento florístico caracteriza-se como um dos estudos preliminares para o conhecimento da flora de determinada área e significa produção de uma lista de espécies ali instaladas, que poderão contribuir para o estudo dos demais atributos da comunidade. O levantamento botânico comum em todas as populações humanas atuais, presente na cultura de povos no passado, conforme menção anterior é, assim, um procedimento que remonta aos primórdios da humanidade.

Trazendo ao contexto arqueológico, tal levantamento favorece o reconhecimento pela pesquisa de quais espécimes vegetais foram selecionadas como importantes pelos grupos humanos, e que ao longo do tempo usaram elementos da flora local para exercitar sua economia consoante a cultura, conforme o tempo e o espaço em que viviam.

Logo, relacionando o ambiente e suas potencialidades com o domínio e significação cultural, exclusivamente dos grupos humanos, a concepção de paisagem se faz presente no estudo etnobotânico. A compreensão da relação humana com o ambiente forma a paisagem, que se estudada sob a perspectiva cultural enraizada no passado, está fortemente ligada à investigação arqueológica, que vem a agregar maior precisão e riqueza aos estudos etnobotânicos, haja vista que a etnobotânica necessita dialogar com outras ciências sócio-ambientais (ALBUQUERQUE, 1999).

Para Fagundes (2010), não é plenamente equivocada a concepção de paisagem sob o ponto de vista ecológico, enquanto meio que garante a subsistência de grupos pré-históricos que encontravam em seus recursos energia necessária para sua manutenção enquanto ser biológico.

Contudo, a relação humana com o ambiente, em especial a botânica nunca foi passiva, o homem sempre atuou de modo ativo no ambiente, ainda que de modo empírico, e dele retirou respostas para suas necessidades culturais.

A relação dos povos nativos do Brasil com as riquezas naturais foi uma constante. Este pensamento é chave para Ribeiro (1987), pois os grupos indígenas brasileiros desenvolveram estratégias e técnicas para a utilização de recursos naturais do seu ambiente a em plenitude, ou seja, abrangendo todas as potencialidades de recursos, sejam eles bióticos ou abióticos.

A *ciência* ancestral herdada e repassada oralmente é carregada de significações, atribuições e funções para a comunidade que vê nos sítios arqueológicos mais que testemunhos do passado, uma continuidade da história não contada em livros sobre seus antepassados.

## **O USO DAS ESPÉCIES CAJU E BABAÇU EM FEIRA DO LETREIRO, ANTÔNIO ALMEIDA, PIAUÍ**

A comunidade rural Feira do Letreiro no município de Antônio Almeida, está localizada no sopé do morro do Letreiro, em cuja encosta encontra-se os sítios arqueológicos Pedra do Letreiro e Toca do Adão. Portadora de rica cultura etnobotânica, usa as espécies vegetais disponíveis em abundância na região, pertencentes ao bioma do Cerrado com influência pré-amazônica ou da mata dos cocais, representada principalmente pela palmeira babaçu (*Orbignya phalerata*).

Caracterizada pelo encontro geológico das formações Piauí e Pedra de Fogo, a geomorfologia da região apresenta diversidade de feições, que são agrupadas como encostas de planalto sedimentar, apresentando feições dissecadas em degraus e ravinas, formando vertentes que possibilitam a existência de córregos, favorecendo a existência de vastos babaçuais, assegurando assim a presença hídrica marcante mesmo no período de estiagem, que vai de junho a dezembro.

Entre as diversas espécies vegetais presentes, algumas possuem uso notável para as comunidades rurais de Antônio Almeida, entre elas as espécies de caju (*Anacardium* sp), e a mencionada palmeira babaçu (*Orbignya phalerata*).

Existem diversos modos de utilização de um vegetal. Não necessariamente o uso ou função está atrelado a princípio farmacológico, com finalidade medicamentosa, podem estar atrelados ao uso na construção, além de utilização para decoração, funcional, como a produção de redes e cestos a partir de fibras vegetais, além de possuir valor mágico-religioso, instrumento ritual.

O caju (*Anacardium* sp) é uma planta típica do cerrado. Extremamente resistente, suporta meses de estiagem, e condições adversas de PH do solo, pois comumente o solo do cerrado é muito ácido. Segundo Robertson (2002) o pseudofruto

do caju é um atrativo para morcegos e macacos, que fazem a dispersão das castanhas (o verdadeiro fruto).

Muito difundido geograficamente nos platôs e planícies de Antônio Almeida, esta espécie vegetal se localiza em terrenos com declividades diversas, estando presente nos contextos arqueológicos e vizinhanças.

Nos dias atuais o município de Antônio Almeida possui três minas de calcário em atividade, onde o minério é extraído para a construção civil e para a utilização agropecuária de correção de solo para o plantio de soja, pasto para gados entre outros. Tal extração mineral tem contribuído para a diminuição das áreas verdes, oferecendo riscos de extinção das diversas espécies de caju na região, entre elas os representantes nativos, como o cajuí (*Anacardium Othonianum*) ou caju do campo. (*A. microcarpum*). O pseudofruto é rico em minerais e vitaminas importantes para o organismo humano, sendo comum o uso do caju para a produção de sucos, doces e licores.

A castanha, saber difundido, é amplamente apreciada depois de assada ao fogo. Contudo, o uso do caju vai além da importância nutricional. A casca do vegetal, segundo Dona Maria Campelo, funcionária pública aposentada, oriunda e residente muitos anos em Antônio Almeida, é indicada para o tratamento de pés cansados, inflamados e com infecções. Evidenciando um saber antigo, tradicional, repassado de mãe para filha, informa que aprendeu tudo o que sabe com sua mãe e avó, e para se beneficiar das propriedades da planta, prepara um chá da casca do cajueiro, fervendo em água por 20 minutos.

Este processo na verdade é conhecido como decoção por se tratar de um “chá” feito das partes mais duras da planta, como cascas, raízes, sementes, caules e rizomas. Depois do tempo de fervura o líquido resultante é coado e colocado em um recipiente grande o suficiente para apoiar os pés da pessoa a ser tratada.

Os pés devem ficar “de molho por meia hora, até aliviar a dor e os inchaço, as inflamação até bicheira e pé com pus dá conta”, segundo Dona Maria Campelo. Outro uso comum de partes do cajueiro é a realização de banhos, os quais são recomendados para “acalmar a pele e tirar irritação até pra cicatrizar feridinhas é bom”. O processo de

produção do líquido é semelhante aos chás por decocção, contudo, o líquido deverá ser usado no banho, esfregando bem o corpo.

Segundo pesquisas da EMBRAPA, o cajueiro é uma planta rica em compostos farmacêuticos do grupo dos taninos. Os taninos vegetais são definidos como compostos fenólicos solúveis em água que, além das reações características dos fenóis, possuem também as propriedades de precipitarem alcalóides, gelatinas e proteínas (HASLAM, 1996).

Plantas ricas em taninos têm sido prescritas para o tratamento de diarreias, hipertensão, feridas, queimaduras, problemas renais, gástricos e inflamatórios. Testes *in vitro* têm identificado significantes atividades biológicas exibidas pelos polifenóis, como: ação bactericida, moluscida, antihelmíntica e antihepatóxica; inibição da replicação do HIV; atividades anti-tumorais e inibição de enzimas (HASLAM, 1996).

Quanto às palmeiras babaçu constituem espécie vegetal amplamente utilizada nos saberes populares do município de Antônio Almeida. Seus frutos, os “cocos” de babaçu, são castanhas ricas em óleos graxos, dos quais se produz azeite largamente usado na culinária local, além de ser um alimento básico ao longo do ano para homens e animais.

Todavia, a utilização mais marcante na paisagem deste vegetal está na construção civil. As típicas casas de pau a pique, são feitas quase que inteiramente da matéria prima vegetal do babaçu. As folhas inteiras e secas ao sol são agrupadas para a confecção de telhados, coberturas de casas e currais.

Matéria prima barata e abundante na região, as palhas são comumente usadas por parcelas mais carentes da população, as quais não contam com poder aquisitivo suficiente para construção de casas de alvenaria.

As paredes das casas pau a pique são construídas com os “talos” das folhas da palmeira, depois de desfolhados a foice ou facão, são colocados entre as colunas de madeira, formando estruturas que receberão o barro para forrar as paredes.

## CONCLUSÃO

É evidente que a população local não está ciente das possibilidades bioquímicas do caju, e não teve instrução técnica de engenheiros sobre a viabilidade do material proveniente do babaçu, contudo, o conhecimento popular, por meio de anos de observação empírica favoreceu a compreensão de possíveis usos medicinais ou cotidianos das plantas.

A biodiversidade da flora brasileira se constitui num inesgotável campo de pesquisa para botânicos, antropólogos, arqueólogos entre outros pesquisadores. A complexidade cultural brasileira, no caso em especial de Antonio Almeida, evidencia o quão importante é o resgate cultural dos saberes tradicionais e como as populações se relacionam com a paisagem em que vivem e transformam, de modo a garantir a sobrevivência cultural e do grupo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

8

ALBUQUERQUE, U. P. Manejo tradicional de plantas em regiões neotropicais. **Acta. bot. Bras.** 13(3): 307-315, 1999.

ALBUQUERQUE, U. P. Referências para o estudo da etnobotânica dos descendentes culturais do Africano no Brasil. **Acta Farm. Bonaerense.** 18 (4): 299-306, 1999.

ALMEIDA, E. R. de. **Plantas medicinais**: conhecimentos populares e científicos. São Paulo: HEMUS, 1993. 341 p.

ALMEIDA, C. de F. C. B. R. de, **Uso e conservação de plantas e animais medicinais no estado de Pernambuco**: um estudo de caso no Agreste. Recife: Universidade Federal de Pernambuco. 2001 – (Trabalho de Conclusão de Curso), 50 p., 2001.

BERG, M. E. Aspectos botânicos do culto afro-brasileiro da Casa de Minas do Maranhão. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Botânica**, 7(2): 486-498, 1991.

BERG, M.E. **Plantas Medicinais na Amazônia: Contribuição ao Conhecimento Sistemático**. Belém, CNPq/PTU, 1982. 223 p.

BERG, M. E. **Plantas medicinais na Amazônia – Contribuição ao seu conhecimento sistemático**. Belém, Museu paraense Emílio Goeldi, 1993. 207p.



DINIZ, M. de F. F.; OLIVEIRA, R. A. G. de; MEDEIROS, A. C. D. de; MALTA JUNIOR, A. **Memento fitoterápico**: as plantas como alternativa terapêutica: conhecimentos populares e científicos. João Pessoa: Editora Universitária / UFPB, 1997. 205 p. il.

FALKENBERG, M. de B. Quinonas. In: **Farmacognosia**: da planta ao medicamento. Organizado por Cláudia Maria Oliveira Simões *et al.* 4a ed. Porto Alegre / Florianópolis: Editora Universitária / UFRGS / Ed. da UFSC, 2002.

HASLAM, E. Natural polyphenols (vegetable tannins) as drugs: possible modes of action. **Journal of Natural Products**, v. 59, p. 205-215, 1996.

<http://www.webartigos.com/articles/7203/1/Uma-Analise-Da-Paisagem-Em-Arqueologia—Os-Lugares-Persistentes/pagina1.html>. Acesso em março de 2012.

LÉVI-STRAUSS, C. **O pensamento selvagem**. Campinas: Papirus, 1989.

LIMA, V. P. M. S. **Botânica**. In: LIMA, V. P. M. S. A cultura do cajueiro no nordeste do Brasil. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1988. p. 15-61.

LIMA, V. P. M. S. **Origem e distribuição geográfica**. In: LIMA, V. P. M. S. A cultura do cajueiro no nordeste do Brasil. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1988. p. 3-13.

MORS, W. Plantas medicinais. **Ciência Hoje**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 3, p. 51-54, 1982.

ROBERTSON, H. *Anacardium occidentale* (Cashew). 2002. Iziko Museums of Cape Town, South African. [www.museums.org.za/bio/contributors.htm](http://www.museums.org.za/bio/contributors.htm). Acesso em março de 2012.

SCHENKEL, E. P. *et al.* Saponinas. In: **Farmacognosia: da planta ao medicamento**. Organizado por Cláudia Maria Oliveira Simões (*et al.*). 4 ed. Porto Alegre / Florianópolis: Editora Universitária / UFRGS / Ed. da UFSC, 2002.

Transliteração de entrevista com antiga moradora de Antônio Almeida, Dona Maria Campelo, atualmente reside em Teresina, Capital do Estado do Piauí. Realizada no dia 14/03/2012.

CAMPELO, Maria. Entrevista concedida em Teresina-Pi a 14.03.2012